



Ata da audiência pública do EIA/RIMA do empreendimento do “Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas”, de responsabilidade da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A, realizada na cidade de Itaquaquecetuba, em 16 de julho de 2009.

Realizou-se, no dia 16 de julho de 2009, no Auditório UNG Guarulhos, na Avenida Uberaba, nº 251, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas”, de responsabilidade da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A. Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas”, de responsabilidade da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A (Proc. SMA 6563/2009). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Paulo Vieira de Souza, representante da Dersa-Desenvolvimento Rodoviário S/A, apresentaram o histórico da empresa e o projeto, e Ana Maria Iversson, representante da empresa da Consórcio JGP-Primer, apresentaram os estudos ambientais, dando ênfase aos principais impactos e as medidas a serem utilizadas para compensá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. **José Soares da Silva**, do Movimento de Defesa da Vida do Grande ABC, comentou buscar garantir que os grupos de ambientalistas possam falar nas audiências públicas, e criticou a passividade do movimento, que é neutralizado pela atuação da Dersa. Apresentou um vídeo, cujo tema trata dos impactos ambientais no Trecho Sul do Rodoanel. Observou que as audiências públicas não têm logrado cumprir seu papel social, e que nem mesmo pessoas treinadas na linguagem de libras foram colocadas à disposição dos deficientes por ocasião das audiências. Retomando a palavra, **José Soares da Silva** comentou haver chegado à conclusão de que a Dersa, em todo esse processo, representa a exclusão, a rapinagem, o saqueamento e o assassinato de espécies nativas e de animais, e ainda o desperdício de dinheiro do povo, a exemplo da Avenida Jacu-Pêssego, na região de Mauá, onde há obras que foram construídas com dinheiro público e que serão desapropriadas novamente com dinheiro público, entre as quais redes de esgotos e um prédio. Ressaltou que a população nunca é convidada a discutir o traçado do Rodoanel, nem as intervenções sociais da obra, mas apenas para compartilhar seus ônus, no contexto maior de um sistema em que os poderes públicos apenas fingem cumprir seu papel, e recriminou a forma apressada com que se deu a aprovação da nova lei da Represa Billings. Lamentou a ausência



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dos prefeitos das cidades afetadas às discussões sobre o Rodoanel, e reforçou sua crítica à forma como a obra foi é apresentada nas audiências. Criticou a forma como é abordada pela Dersa a compensação ambiental e a irreversibilidade dos danos ambientais provocados, onde as contrapartidas trazem prejuízos ao meio ambiente. Disse haver solicitado que todo o processo de reflorestamento fosse georreferenciado, e que, na ocasião em que esteve no DEPRN para se informar a respeito de todos os projetos de compensação e respectivos impedimentos no contexto da Represa Billings, não obteve resposta. Comentou a falta de critérios técnicos quando do plantio das árvores no viaduto Cassaquera, área contaminada na qual as árvores foram plantadas além do que permitia o espaço disponível. Argumentou também que a obra vai afastar as pessoas do centro da cidade. Alegou ser capaz de provar o aterramento de nascente na região, provocado por lixo deixado pela Dersa, e que esteve em visita a uma área em situação semelhante, no Município de Mauá. Comentou que os trabalhadores não são levados em conta pela Dersa em seu projeto, e que inexistem políticas que contemplem crianças e adolescentes, nem programas de habitação. Antecipou que a obra provocará a morte dos rios Guaió, Tamanduateí e Tietê e, depois, do Paraná. Questionou a utilidade dos túneis construídos pela Dersa, assim como a pertinência de seu traçado, após o que teceu comentários irônicos a respeito da importância que teria a obra e da capacidade da empresa de lidar com suas implicações. E encerrou sua participação lendo o Pai Nosso em tupi-guarani, após elogiar a autenticidade cultural da tribo: “Oré rubê iabapequê tecoá. A me te apapano iandê erá teicó. Tó iandê reinó. Toraque ianhone nhane rinopé ebepé. Ibá qui pé nha inhangaba iambé. Oré reani ará anham do inhan durá. Emê enhê pori anrebê. Iambê inhorô arebê arê arenhangabê rezé. Oré rero quema naussá sopé arê ioró inhambé. Arê moá moacá uepé iepê tetação upé. Oré pessi quipepê iepê memebeá iabá sui.” O **Secretário-Executivo** declarou que, como contempla a norma regimental, em caso de impossibilidade de o representante do Poder Executivo ou Legislativo permanecer na audiência para manifestar-se na etapa destinada a sua participação, é possível conceder à palavra antecipadamente. **João Caramez**, Deputado Estadual, confessou sentir-se solidário e ofereceu seu apoio à população local, pelos problemas enfrentados em razão do Rodoanel. Argumentou que, da mesma forma que o Senhor José Soares, tem para si como principais preocupações a questão ambiental e a população dos locais afetados. Relatou que as compensações ambientais perfazem um montante corresponde a 8% do valor investido na obra, e que na Marginal Tietê a compensação corresponde a 11% dos investimentos totais, gerando inclusive emprego e renda, enquanto que o Governo Federal, com as obras do PAC, estabelece que seja investido na compensação percentual muito aquém, inferior a 0,5%. Ponderou que a RMSP é constituída por 39 municípios, que juntos ocupam área correspondente a 0,09 do território nacional, e que esse pequeno espaço concentra 50% da população do Estado, ou 10% da brasileira, sendo, portanto, uma região altamente necessitada da criação de novos empregos, necessidade esta mitigada pelos investimentos públicos em obras como o Rodoanel e o projeto Expansão São Paulo, que busca transformar os trens da CPTM em metrô de superfície. Disse que as cidades por onde primeiro passou o Rodoanel, dez anos atrás, constituem hoje o maior vetor de desenvolvimento do Estado, e que, inobstante a instalação de escolas técnicas na região, ainda há carência de mão-de-obra qualificada. Concluindo, afirmou que também o novo trecho da obra repercutirá positivamente na criação de empregos. Lembrou que especial atenção está sendo dada às famílias afetadas pela rodovia e se colocou, em nome do partido, disponível para atender na Assembléia Legislativa a pessoas eventualmente ainda não atendidas em suas demandas. **José Corintiano** (?) opinou que as audiências públicas devem confirmar seu escopo democrático, possibilitando a mais ampla participação possível, seja por permitir a expressão de diferentes pontos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de vista, seja apontando caminhos para a discussão em foco. Comentou que o Rodoanel interferirá na vida de muitas pessoas, que estão na região há mais de trinta anos e que terão que sair, sendo compulsoriamente retiradas de suas casas frequentemente espaçosas e bem construídas e alojadas em pequenos apartamentos, onde terão que permanecer provavelmente por um período de doze a trinta meses, até seu destino final. Arrematou questionando por que teriam as autoridades permitido fossem vendidos lotes de terreno nos locais posteriormente desapropriados se à época já tinham conhecimento da obra e das expropriações que provocaria. **Paulo Barbosa**, da Associação de Apoio dos Direitos Humanos do Alto Tietê e Cidades Adjacentes, comentou que todas as residências, não importa se simples ou grandiosas, têm sua dignidade, e devem ser protegidas. Comentou, como morador de Suzano, que é muito grande a quantidade de residências que serão atingidas pelo Rodoanel em sua cidade, como em toda a região por que passa; comentou também que as cidades que serão atingidas pelo presente trecho do Rodoanel, quais sejam Mauá, Ribeirão Pires, Suzano, Poá e Itaquaquecetuba, concentram o maior número de residências entre todos os trechos da obra. Criticou a forma como se deu essa como também as anteriores audiências, sem que fosse possível à maioria dos interessados participar direta e pessoalmente, limitada que foi a assistir o evento através de um telão. Observou que, ao contrário do que defende a Dersa, existe muita insegurança com relação ao local para o qual serão encaminhados os expropriados e, de um modo geral, há um notável descaso no que tange à abordagem pela empresa de toda a problemática humana envolvida na obra. Destacou que o custo total da obra, cerca de dez bilhões de reais, deveria fazer crer que maiores e mais numerosas oportunidades para sua discussão deveriam ser e fossem mesmo criadas, o que não ocorreu, e questionou o projeto quanto à sua pertinência, citando estudos segundo os quais em seis anos a obra estará já incapaz de dar conta de seu objetivo precípua, qual seja o de desafogar o trânsito da RMSP. Relatou, ainda, que em plebiscito realizado nas cidades de Suzano e de Poá, os moradores têm se posicionado contra o Rodoanel, sob a alegação de que pouca ou nenhuma seria sua utilidade para eles. Lembrou que ainda não existe definição a respeito do destino que receberão os moradores expropriados; comentou que a opção oferecida por um conjunto da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU apresenta como desvantagens a ausência de escola e posto de saúde nas proximidades. Destacou ainda os problemas derivados da proximidade da rodovia, de que serão vítimas os moradores não expropriados, como a falta de acesso a outros bairros e a possibilidade de enchentes, assuntos que segundo ele devem ser melhor discutidos com a população, assim como a própria necessidade da obra, com relação a que sugere seja realizado um plebiscito. **José Lima**, da entidade Conlutas de Ribeirão Pires, comentou que o Rodoanel deve ser abordado tendo em vista que não atinge apenas Itaquaquecetuba, mas vários municípios, num total de seis, dos quais se destaca Ribeirão Pires, por tratar-se de região integralmente inserida em área de proteção aos mananciais, dificultando sobremaneira o encaminhamento de soluções para as questões urbanas como a regularização de lotes, a instalação de rede elétrica e a implantação de indústrias. Disse que o povo de sua cidade e ele particularmente são orgulhosos da atenção que têm dado à preservação da Represa Billings, e que o projeto do Rodoanel, da forma como se apresenta, é tão somente uma manobra eleitoral, articulada a partir de um conluio com as empreiteiras, tradicionais corruptoras dos políticos. Citou caso em que a Companhia Brasileira de Cartuchos ofereceu à população da região um lanche e mais uma cesta básica, como expediente de integração, tendo em vista deter a informação privilegiada sobre onde passaria a rodovia. Mencionou que o prefeito de Ribeirão Pires já estaria comprometido com interesses que não os da municipalidade, o que explicaria sua ausência às audiências que discutem o Rodoanel. Fez menção ao elevado Costa e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Silva, o “minhocão” de São Paulo, para ilustrar um modelo de obra que não é norteado pelo interesse público, e que se tornou hoje um pólo da região chamada “Cracolândia”. Pediu vaga na discussão da obra, e lembrou que compensação ambiental não é uma iniciativa simplista, porque redutível a cifras. Denunciou que o prefeito trocou seu apoio à Dersa por cerca de 9 milhões de reais, utilizados no asfaltamento de uma estrada para fazer eleição do vereador que ele queria apoiar no Distrito de Ouro Fino. Relatou que em razão desses fatos procurou o Ministério Público, por meio da Promotoria do Meio Ambiente, e que esta já ingressou com ação civil pública. Reiterou sua opinião sobre o que lhe parece o caráter eleitoreiro da obra, que se desenvolve sob os auspícios dos governos estadual e federal, a toque de caixa, com vistas às eleições do próximo ano. Por fim convidou a todos para a audiência final, onde estarão reunidos os seis municípios afetados pela obra, e que terá lugar no dia 28 de julho, terça-feira, às 17 horas, na Casa de Portugal, na Avenida de Liberdade, quando voltará a ser discutido todo o traçado. **João Paulo Alves Freire**, (?) após manifestar sua indignação com o contexto em que se desenvolve o processo de discussão do Rodoanel, relatou que tem empenhado esforços no sentido de se fazer presente a todas as audiências, e que tem acompanhado todas as caravanas. Denominou “genocídio” a repercussão demográfica das obras do Rodoanel, e afirmou que haverá especulação imobiliária, além de sobrecarga nos setores da segurança e saúde públicas, e ponderou que a cobrança de pedágio constitui uma forma de tributar duplamente a população local. Observou que os danos às nascentes, florestas e represas poderão avultar as repercussões de uma eventual falta d’água na região. Objetou às críticas feitas quanto à utilização do termo “devastar”, confirmando sua propriedade terminológica, bem como ao fato de não morar em Itaquaquecetuba. Para encerrar sua participação, manifestou-se incrédulo em relação ao compromisso assumido pelas autoridades quanto aos critérios de reflorestamento das áreas desmatadas, à manutenção das vagas escolares, à qualidade das indenizações pagas em razão da expropriação. **Lucas Barbosa**, representante da Associação de Moradores do Parque Aliança – Ribeirão Pires, afirmou preocupar-se com os mananciais, como morador de Ribeirão Pires que é, já que a cidade é importante produtora de água. Expressou sua indignação com relação à enorme área a ser desmatada para dar lugar ao Rodoanel, e considerou a obra até mesmo um retrocesso, tendo em vista a importância regional de se preservar os 7% da Mata Atlântica que restaram. Lamentou a destruição pelas obras do Rodoanel de sítios de grande beleza natural, considerando hipócrita o discurso defendido pela Dersa a respeito dos termos em que se dará a compensação ambiental, e afirmou que o asfaltamento que se deu em Ribeirão Pires é mera iniciativa eleitoreira. Noticiou que a Represa Billings, que responde pelos já referidos 7% da água da RMSP, atingindo um contingente populacional de cerca de 18 milhões de pessoas, está sendo aterrada, enquanto em Minas Gerais as áreas de preservação permanente estão sendo recuperadas; recriminou o projeto de fazer passar um túnel do Rodoanel pela Gruta de Santa Luzia, e criticou a passagem do Rodoanel também pela Companhia Brasileira de Cartuchos, empresa que produz armamentos, por óbvias razões de segurança; criticou também os conluios entre prefeitos e parlamentares, bem como a omissão das entidades ambientalistas no que diz respeito ao processo de discussão e aprovação da obra. Por fim, observou o perigo de contaminação da produção agrícola, como resultado do lançamento de uma enorme quantidade adicional de poluentes na atmosfera, e pediu que a obra fosse orientada a seguir outro traçado, que preservasse o manancial. **Cristiane Monteiro**, representante do Movimento em Defesa da Dignidade – Mauá, disse morar em Mauá há trinta e anos e acompanhar de perto todas as audiências públicas, uma vez que sua cidade já sofre os efeitos da obra, e ressaltou que a razão principal de sua presença na audiência não era outra senão a defesa dos interesses dos moradores das áreas sujeitas à desapropriação. Comentou que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Itaquaquecetuba, sendo uma cidade antiga, e tendo crescido muito pouco durante sua longa história, leva alguns de seus moradores a verem com bons olhos as mudanças preconizadas pela obra, o que, no entanto, seria um equívoco. Por fim, sugeriu que as pessoas interessadas diretamente na obra e seus desdobramentos se unissem com o intuito de pressionar as autoridades na direção dos resultados pretendidos. **Daniel Curupira**, da Biosfera de São Bernardo do Campo, alertou que o Rodoanel afetará a vida, diretamente, de muitas famílias, que serão desabrigadas, e, indiretamente, a vida de toda a população da Grande São Paulo, que perderá com a redução na produção de água. Ponderou sobre as dificuldades por que passa o país do ponto de vista de sua política diretiva, e destacou que a RMSP vem crescendo sem qualquer tipo de planejamento, donde a impropriedade de se implantar obra como o Rodoanel, para o modelo urbano instalado, que gera pobreza, desigualdade, miséria e exploração humana. Ressaltou a importância fundamental da água como recurso natural não-renovável que é, e frisou que as obras do Rodoanel já são responsáveis pela destruição de incontáveis nascentes em seus trechos Oeste e Sul, sendo que no último houve comprometimento da capacidade de renovação da Represa Billings, posto ter potencializado o fenômeno de assoreamento que a assola. Comentou que a que o processo de discussão sobre a obra é meramente formal, uma vez que a Dersa já a tem por aprovada. Destacou que, além da destruição das nascentes, também o Vale do Guaió, em Suzano, será destruído, por tratar-se de terra de baixo preço, e que são iniciativas como estas que estão levando o Governador José Serra, ao perceber que começa a se verificar ausência de água na RMSP, a buscar água noutros locais, cada vez mais distantes. Afirmou ainda que a água consumida São Paulo é água de reuso, já é uma água de baixa qualidade. Lembrou que os parques prometidos para o Trecho Oeste ainda não foram entregues, inobstante os protestos das populações interessadas. Lembrou também que a Dersa alega não ter mais onde plantar árvores no número estipulado a título de compensação, e pediu que o DAIA passe a exigir um monitoramento do crescimento dessa floresta, necessário à consolidação do plantio, e também que esse departamento considere a possibilidade de não licenciar o Rodoanel, ou ao menos que o faça desde que implantando um outro traçado, e ponderou que a estrutura viária existente, com as apropriadas adaptações e aprimoramentos, pode suprir o papel que caberia ao Rodoanel, evitando entre outras coisas que milhares de famílias se vejam desabrigadas. Cobrou ainda da Dersa resposta às indagações que lhe foram encaminhadas em Ribeirão Pires, sobretudo quanto ao risco de inundações na cidade, correspondente à cota 747, que indica condição de risco iminente. Considerou importante que DAIA e Consema entrem em contato com o texto da nova lei federal sobre serviços ambientais, na qual se pretende inserir as questões da perda na produção de água e da destruição das florestas, entre outras, arrematando que essa perda têm que ser quantificadas monetariamente, em razão mesmo de sua repercussão no clima e na saúde pública. Indagou se o DAIA irá operar essa mensuração no licenciamento objeto da presente audiência. Perguntado pelo manifestante **Daniel Curupira**, da Biosfera de São Bernardo do Campo, acerca de questões que desejaria ver ainda nesta audiência respondidas, o **Secretário Executivo do Consema** esclareceu que serão encaminhadas ao DAIA, que posteriormente se pronunciará a respeito de todas e cada uma delas. **Almenir Flores**, Diretor da Associação dos Moradores do Jardim Vianna, relatou estar elaborando um trabalho baseado no Plano Diretor, anterior ao Rodoanel, e que ficou sabendo que no próprio Jardim Vianna ficará uma das alças de acesso do Rodoanel, que isto ocasionará a retirada de 340 famílias do local e que tal fato não lhe fora comunicado, indagando ainda sobre qual seria o trâmite dessa comunicação. Perguntou, a partir do pressuposto de que será, em linhas gerais, mantido o traçado da obra, e tendo em vista as relevantes questões ambientais atinentes ao Rodoanel no trecho ora analisado, como a obra seria feita



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

e em que plano se daria a discussão dos problemas sócio-econômicos dela derivados. Disse ter imaginado que a audiência se prestaria a discutir o traçado da obra e, como tal não se verifica, deseja obter esclarecimentos a respeito da forma como esse trecho da rodovia será executado. Por fim, agradeceu à defesa que entidades ambientalistas de outros municípios fazem do Rodoanel, haja vista a inexistência de entidades originárias de Itaquaquecetuba que possam fazê-lo. **Airton Massari**, membro do subcomitê Alto Tietê-Cabeceiras, observou que o Rodoanel expressa um embate em que se posicionam, de um lado, a população da periferia, que cresceu às margens de uma ferrovia e, de outro, as construtoras. Criticou a imprensa com que se busca aprovar a obra, em face de uma clara ausência de investimento em outras modalidades de transporte, como os trens e o metrô. Observou que, em se tratando de obras de grande impacto, é necessário que se considere todas as possibilidades, inclusive a de não-realização da mesma. Destacou ainda que a obra segue em traçado paralelo ao da Avenida Jacu-Pêssego, o que torna a obra um investimento de questionável utilidade. Enfatizou, por fim, a abordagem demagógica da questão empregatícia envolvida e o caráter eleitoreiro da obra, situação em que quem perde de fato é o povo da região atingida. **Jorge Luís Aguiar**, representante do Sintaema - Sindicatos dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, observou que, ao lado do descaso do Governo do Estado com Itaquaquecetuba, seus habitantes também não buscaram unir forças em torno dos interesses da cidade. Como especialista em água, esgoto, saneamento e meio ambiente que disse ser, alertou para o fato de que a disponibilidade natural de água *per capita* na região é mais crítica do que no Nordeste semi-árido brasileiro. Explicou que, se por um lado a disponibilidade local de água é superior em termos absolutos, por outro lado, tendo em vista o contingente populacional e a quantidade e diversidade de atividades industriais na região, a situação se assemelha à de algumas regiões da África, tanto que o Governo do Estado tem realizado obras faraônicas com a finalidade de buscar água em outros estados, e observou, complementando a informação, que os esgotos são direcionados justamente para os cursos d'água. Relatou os esforços despendidos pela Sabesp no anseio de se preservar a qualidade da água no Estado, o que vem ocorrendo já há cerca de vinte anos, e que deve ser cobrado do Governo Estadual, inclusive via Judiciário, que sejam tomadas as medidas necessárias nesse sentido, de modo particular com relação à correta disposição do esgoto produzido em São Paulo. Destacou o desinteresse político do Governo do Estado em investir em saneamento básico, e fez menção aos malefícios do processo irreversível de privatização, no qual a circulação do capital é tudo quanto importa. Frisou que é o empresariado que financia a campanha do projeto do Rodoanel, como também todos os seus demais interesses perante o Legislativo. Lamentou a finalidade puramente eleitoreira a que se prestam as estatais hoje, e denunciou a perda de qualidade dos serviços da Sabesp, hoje, à exceção das perícias, em grande parte terceirizados, o que demonstra a falta de compromisso da empresa com a saúde da população. Enfatizou o relevo das questões relacionadas ao saneamento, opinando que a problemática deveria se inserir no contexto da Secretaria da Saúde. Comentou que o Rodoanel não se prestará a outros interesses que não o transporte de mercadorias para a capital. Considerou que a propalada criação de empregos não passa de um engodo, posto que só foram criadas vagas de emprego temporário, e que o orçamento total da obra, dezoito milhões, extrapola qualquer estimativa razoável. Denunciou também que o Rodoanel tem a finalidade única de gerar receita proveniente da cobrança de pedágios. Prosseguiu propugnando pela união articulada da população diretamente afetada pelo Rodoanel em torno de seus legítimos interesses, de modo a adquirir condições de decidir a respeito do que lhe afeta, ponderando que as mudanças devem partir da escolha, nas eleições gerais, de legítimos representantes dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

interesses do povo. Sugeriu fosse adotada a proposta, lançada no curso da audiência, de realização de um plebiscito, lamentando que ela jamais venha a contar com a aprovação do Governador do Estado. Deu termo à sua participação agradecendo a todos quantos, vindos de outros municípios, estiveram presentes à audiência, em apoio a Itaquaquecetuba. Informado a respeito da ocorrência de uma falha na comunicação interna do recinto, que redundou na supressão da manifestação de **Ivone dos Santos**, regularmente inscrita para fazer uso da palavra, o **Secretário-Executivo do Consema** prontamente lhe devolveu o tempo a que fazia jus. **Ivone dos Santos**, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Itaquaquecetuba, protestou, em nome de todos os profissionais do Município, pelo fato de os munícipes não terem sido consultados, escutados e orientados nas questões relativas ao Rodoanel, posto que nenhum apoio de nenhuma ordem foi oferecido à população, em clara demonstração de descaso com os legítimos interesses da municipalidade; confessou estar recebendo queixas das mais diversas naturezas, que expressam preocupações centrais da população, como com relação à desapropriação dos imóveis residenciais junto ao traçado das obras e às implicações no trânsito local, com sobrecarga ainda maior de fluxo nas poucas e já sobrecarregadas opções da cidade. Nesse contexto, questionou onde estaria, no projeto da Dersa, os acessos a Itaquaquecetuba. E arrematou, mais uma vez observando que os responsáveis pela obra não estão se dando conta da necessidade de se fazer um projeto que inclua acessos que venham a desafogar o trânsito local, principalmente na Estrada do Corredor, na Estrada do Bonsucesso, e na Estrada da Avenida Industrial. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **Joelson Souza Miranda** manifestou-se preocupado com os fatos concretos relativos à repercussão do Rodoanel em Itaquaquecetuba, em face das informações fornecidas pela Dersa, que minimizam o impacto da obra no Município. Comentou que inúmeras serão as desapropriações, e que alguns bairros ficarão isolados ou terão seu acesso dificultado, com ampliação do tempo de deslocamento até a região central da cidade, que será ampliado, a título de exemplo, de cinco minutos para meia hora ou mais. Indagou qual seria o critério para fixação do valor a título de indenização pela desapropriação dos imóveis de valor superior a 60 mil reais, valor este estabelecido como teto, com alternativa oferecida para apartamento da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Urbano. Perquiriu a natureza da presente audiência pública, se informativa, deliberativa ou conclusiva, posto que, se conclusiva, não haveria por que colocar em pauta a discussão de questões a respeito das quais a decisão final já foi firmada, restando inútil a participação no evento; se informativa, prosseguiu, deveria se prestar a introduzir o agendamento de outra audiência, esta, sim, deliberativa. Ressaltou que serão grandes as dificuldades enfrentadas pelos moradores dos bairros afetados pela obra. Citou desapropriações na Avenida Jacu-Pêssego, para as quais o valor pago não ultrapassa 5 mil reais, valor para o qual comenta ser impossível encontrar onde morar. Observou que nem tudo quanto é colocado em audiência pública deve-se ter por verdadeiro, e que compromissos assumidos nem sempre se refletirão nas atitudes futuramente tomadas. Para terminar, novamente quanto às desapropriações, sugeriu que a entrega do novo imóvel precedesse a desocupação do atual. **Washington José dos Santos**, após se dizer “um homem extremamente polêmico”, observou que, diversamente do discurso do representante da Dersa, bastante técnico, seu discurso é simples, assemelhando-se a um relato de experiências pessoais. Observou que deve ser respeitado o espaço democraticamente garantido a todos os manifestantes. Defendeu o Rodoanel, atitude que traduziu como de agradecimento, de reconhecimento e de gratidão pela casa que recebeu no Trecho Oeste, destacando que considerava o reassentamento a mais importante das questões que desejava abordar. Defendeu-se da acusação segundo a qual seria de algum modo pago para defender publicamente a obra. Reiterou sua gratidão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pela implantação do Rodoanel, relatando que 1 mil e 089 famílias que antes viviam em condições subumanas, no primeiro trecho do traçado, o Trecho Oeste do Rodoanel, passaram a ter uma moradia digna, quando antes moravam em condições subumanas, e finalizou pontuando que o Rodoanel é uma rodovia que leva o progresso, resultando de um investimento bem feito. **Lauro Neto**, após comentar sua pouca experiência em falar publicamente, observou a pertinência da participação dos municípios no processo de discussão do Rodoanel. Observou haver disparidade entre as contrapartidas oferecidas aos municípios por que passará a rodovia. Opinou que a obra efetivamente produzirá danos, inobstante a defesa que os técnicos da Dersa dela fazem. Ponderou ainda ser insuficiente a compensação ambiental acertada diante do porte dos danos ocorrentes, e comentou serem muitas as questões a discutir diante do tempo de que se dispõe. Comentou que serão gastos 500 milhões de reais na compensação ambiental, enquanto o Governador José Serra investirá 1 bilhão de reais na divulgação da obra no exterior. Destacou a necessidade de alteração do traçado da obra, e finalizou convocando todos os interessados a participar das audiências públicas restantes. **João da Silva Faria** disse que se utilizaria da palavra no relato de sua experiência pessoal. Manifestou-se contrário à implantação do Rodoanel, especialmente em Ribeirão Pires, por considerar que a obra atende apenas a interesses políticos e outros que não os da população, e criticou os governantes do País, que levam a efeito obras extremamente danosas, como o Rodoanel, exortando a população local a se unir em torno de seus interesses. **Edson Barbosa** declarou ter envidado esforços no sentido de promover debates e reuniões preparatórias para as audiências públicas em todas as cidades. Parabenizou os manifestantes de Itaquaquecetuba pela pertinência das colocações feitas, de forma particular por questionarem a natureza do resultado que produzem. Relatou haver participado também das audiências de Suzano e Poá, e que participará das de Arujá e da Cidade de São Paulo, que ocorrerá na Liberdade. Chamou atenção para as respostas da Dersa aos questionamentos colocados, respostas estas segundo ele lacunosas e incompletas, quando não evasivas, e incapazes portanto de atender apropriadamente à pergunta oferecida, e a que se somam aquelas que sequer puderam ser formuladas, por falta de tempo hábil. Perguntou então qual a possibilidade, se confirmada a realização das obras do Rodoanel também no Município, de implantação de câmaras de negociação, com o intuito de discutir e estabelecer as indenizações aos moradores expropriados, evitando que os que se sentirem prejudicados tenham que se deslocar até São Paulo. Interveio, então, o **Secretário-Executivo do Consema**, esclarecendo que questionamentos ou outras manifestações poderão ser encaminhados por escrito, até cinco dias após a data da última audiência, prevista para o dia 28 de julho. **Angélica Nogueira do Nascimento** solicitou que, por questões atinentes a dificuldades com o trânsito de veículos, que impediram que o acesso ao local do evento se desse da forma desejável, fosse agendada em Suzano uma nova audiência pública com melhores condições de acessibilidade e acomodações apropriadas aos moradores interessados. Lembrou, em nome seu e de seus concidadãos, que considerou uma grave ofensa a utilização do termo “favela” para designar pejorativamente o bairro em que vive, e solicitou a retificação da impropriedade terminológica. Esclareceu que a origem do termo se encontra no episódio histórico conhecido por Guerra de Canudos, e que a cidade de Canudos foi construída junto a alguns morros, entre eles o Morro da Favela, assim batizado em virtude de incidência comum de uma planta denominada favela, que encobria a região. Detalhou que o nome “favela” ficou conhecido na década de 1920, quando habitações improvisadas, sem infraestrutura, que ocupavam os morros, passaram a ser chamadas de “favela”. Completou relatando que a Agência das Nações Unidas assim denomina uma área degradada de determinadas cidades, caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sem regularização fundiária. Observou que não é seu caso, pois que sua moradia é regular e conta com toda a infraestrutura: calçamento, saneamento básico (ou seja, água), esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, comércio local, tendo também farmácias, supermercados, batalhão da Polícia Militar, escola estadual do SESI, posto de saúde e o Parque Municipal Feffer. Acrescentou que está em andamento no local a instalação da Universidade Piaget, UniPiaget, e que futuramente o local sediará também uma unidade da Escola Técnica Federal; destacou a facilidade de deslocamento daquele local para qualquer outro bairro da cidade, que inclui linhas intermunicipais, interligando todos os bairros a todas as regiões da Região Metropolitana e a presença do transporte ferroviário a um quilômetro de distância, dando acesso direto a São Paulo. No bairro de Jardim Monte Cristo, em Suzano, São Paulo, arrematou, formaram-se doutores, mestres, bacharéis, pedagogos, tecnólogos e, inclusive, engenheiros. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. **Oscar Cabreira**, Vereador do Município de Itaquaquecetuba, preliminarmente questionou a condução da audiência, quanto à ordem para o uso da palavra. Defendeu sua posição e a de cinco outros vereadores do município, ali presentes, rebatendo em abstrato acusações quanto a sua atuação e afirmando que ele como os demais vereadores sempre estiveram presentes nas discussões sobre o Rodoanel. Finalizou denunciando as entidades que estão entregando a Amazônia para o Exterior. Disse estar ciente dos interesses envolvidos nessa obra – dos empresários, eleitores –, mas que ele, como outros tantos, preocupados com o destino da cidade, não pode deixar mais uma obra passar sem repercutir no município, que, segundo ele, está sendo usado para arrecadação de votos. Alertou para o risco que essa obra representa para o parque industrial de Itaquaquecetuba, explicando que a proximidade da intersecção que será construída no eixo da Ayrton Senna para estabelecer uma ligação com o Rodoanel, facilitará o acesso, inclusive para os empresários, e, também, para outros municípios, embora não entenda por que a população de Itaquaquecetuba, quando desejar utilizar o Rodoanel, terá de percorrer dez quilômetros até Mogi das Cruzes e retornar outros dez na Rodovia dos Trabalhadores. Arrematou dizendo que, se não for construído um acesso melhor pela Rodovia dos Trabalhadores para Itaquaquecetuba, não vingará o suposto objetivo do Rodoanel, pois, dadas as dificuldades acima referidas, esta obra contribuirá para que Itaquaquecetuba se transforme numa cidade-dormitório. Argumentou que, se forem estas realmente as condições, a Dersa ou o Governo do Estado devem tomar providências para que essa situação seja revista. Argumentou que lavraria, desde já, seu protesto, caso vier a comprovar-se a notícia de que a Estação de Acararé, do expresso da CPTM, será mantida, mas a 800 metros da localização atual, o que a transferirá para o Município vizinho de Poá. Explicou que se manifestava contrariamente à implementação dessa proposta por dois motivos: primeiro, por se tratar de uma estação histórica, cujo tombamento foi por ele indicado à prefeitura municipal, e, segundo, pelo fato de a localização atual dessa estação permite que ela seja utilizada tanto pela população de Itaquaquecetuba como pela de Suzano. Alertou, ao final, para a questão das indenizações, conclamando todos a se unirem. **Celso Reis**, Vereador do Município de Itaquaquecetuba, atentou para a necessidade de que sejam construídos três acessos ligando o Rodoanel ao município, um deles, o principal, a partir da Rodovia Ayrton Senna, um outro em Poá e, mais um outro, em Arujá, e sugeriu que, caso se construa outro acesso a partir do viaduto existente na Estrada do Pinheirinho, que ele se interligue com a Rodovia Ayrton Senna e com o parque industrial de Itaquaquecetuba, porque, desse modo, ele contribuirá para diminuir o intenso tráfego existente no centro da cidade. Concluiu enfatizando a importância dessa discussão, por constituir uma oportunidade para que a população apresente suas propostas, e, também, por se tratar da implantação de uma obra que promoverá importantes reflexos no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desenvolvimento da região, desde que se dê de forma ordenada, o que torna necessário que os Poderes Executivo e Legislativo locais se unam e mantenham um canal aberto com a população, acompanhando de perto o processo de desapropriação e fiscalizando se ele se pauta no cumprimento dos compromissos pactuados. **Rolgaciano Fernandes Almeida**, também Vereador do Município de Itaquaquecetuba, teceu severa crítica aos responsáveis pela organização do evento, principalmente no que tange à ordem adotada para o uso da palavra, precisamente no que diz respeito à etapa dos esclarecimentos, determinada para o final da audiência quando não mais se encontra a população, ou seja, as pessoas mais interessadas em ouvi-los, pois, embora estivessem presentes desde o início, e isso depois de uma longa e árdua jornada de trabalho, nessa etapa final não tinham mais condições de permanecer no recinto, ainda mais porque, no dia seguinte, tinham de levantar muito cedo para retomar tudo de novo. Manifestou seu repúdio a todos que ali estiveram com o intuito de tumultuar a audiência e declarou que só sairá desse local depois de agendada a reunião dos representantes da Dersa com as famílias que serão mais afetadas pela obra. Concluiu sua manifestação reiterando a necessidade de a Dersa ouvir as reclamações e reivindicações dessas famílias. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Temístocles Cardoso Cristóforo**, Diretor de Meio Ambiente do Município de Itaquaquecetuba declarou que, em hipótese alguma, a cidade seria desdenhada, pois há no município os Poderes Legislativo e Executivo e os técnicos de ambas instâncias, os quais estavam atentos para a problemática que a população enfrentará com a construção e o funcionamento do Trecho Leste do Rodoanel, e que, portanto, diferentemente de outros municípios, neste a população não precisava gritar, ofender, denunciar, porque a postura era eminentemente técnica. Explicou que, nesse mesmo dia, o Conselho Municipal de Gestão de Saneamento Ambiental de Itaquaquecetuba, criado pela Lei 113/2005, esteve reunido para fazer considerações de ordem técnica a esse projeto, chegando à conclusão da abrangência dessa obra e da repercussão dos impactos que pode causar, e estas constatações levaram a reflexões sobre como melhorar a infraestrutura urbana e seus equipamentos públicos, de modo que venham a atender às necessidades básicas e estruturais de uma cidade que tem como objetivos centrais o bem-estar de seus moradores, a inclusão social, o exercício da cidadania e a busca de um meio ambiente equilibrado, em atendimento ao disposto na Constituição Federal. Prosseguiu dizendo que a construção do Rodoanel na RMSP e sua passagem por Itaquaquecetuba é o momento que propicia a busca por parcerias corresponsáveis, de modo a tornar realizáveis, não só os objetivos acima referidos, como também o direito de ir e vir do cidadão entre os bairros, a correção das distorções sociais e ambientais que prejudicam a qualidade de vida social e econômica da população. Explicou que as muitas intervenções viárias, através da Rodovia Ayrton Senna, das linhas férreas da MRS e CPTM, da SP-56, do Rodoanel Mário Covas e da Rodovia SP-66, antiga São Paulo-Rio, nos Municípios Poá, Ferraz de Vasconcelos, Suzano, São Paulo, Guarulhos, Arujá e Mogi das Cruzes, tipificam essa região como pólo gerador de economia e, logicamente, de poluição e desconfortos ambientais, que atingem principalmente os cidadãos mais susceptíveis. Recordou que o Art. 2º §§ 1-5 da Constituição Federal, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, oferece aos cidadãos oportunidades possíveis de desenvolvimento social através de uma política sustentável. Prosseguiu enfatizando que o impacto da construção do Rodoanel pode ser catalisador de ações que culminam nas mitigações das interferências no meio ambiente local, através de compensações que apresentem resultados, com a adequação da infraestrutura urbana atual, promovendo a ampliação da capacidade de suporte ao crescimento econômico já em curso e conseqüente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos de Itaquaquecetuba. Na seqüência, apresentou um vídeo que, entre outras coisas, apresentou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

as diversas conexões viárias propostas pelo projeto; os acessos ao município pelas rodovias; a principal estratégia usada, que é a articulação conjunta entre prefeitura, população, empresas e órgãos municipais; as medidas compensatórias urbanísticas adotadas; a preservação da APA Várzea do Tietê no território de Itaquaquecetuba; o Programa de Arborização Urbana; as ações de controle e licenciamento ambiental; os projetos de coleta seletiva e de reciclagem de óleo; o apoio institucional aos projetos de geração de renda e de educação ambiental; a articulação conjunta entre os órgãos institucionais municipais, estaduais e federais, a população, as entidades da sociedade civil, as universidades e empresas do município. Finalizou dizendo que tudo o que apresentou mostra que a Prefeitura do Município de Itaquaquecetuba não está-se omitindo, que todos os assuntos e propostas ali apresentadas serão considerados, com exceção das questões relacionadas com a habitação, sobre a quais declarou não possuir informações suficientes, embora estivesse atento às desapropriações e ao processo de reassentamento. Passou-se à fase das réplicas. **Paulo Vieira de Souza**, representante da Dersa, depois de propor ao Secretário-Executivo que promovesse uma inversão nas etapas da audiência pública, de forma que a população fosse ouvida em primeiro lugar, esclareceu: 1) que, a partir do dia 5 de setembro, receberá os representantes dos municípios que serão afetados pelas desapropriações, e que, para tanto, solicita que se formem comissões constituídas somente por pessoas realmente interessadas em contribuir e com conhecimento daquilo que afirmam; 2) que, para atualizar alguns dados referidos pelos manifestantes no que concerne à situação de algumas obras, convidava as pessoas para conhecer alguns dos parques implantados como compensação ambiental do Trecho Oeste do Rodoanel, e que, igualmente, serão implantados e entregues até 2010 aqueles que forem construídos com os recursos da compensação ambiental do Trecho Sul, e que em breve serão publicados os editais relacionados com as compensações ambientais do Trecho Leste, num montante de 100 milhões de reais, precisamente no que concerne às licitações; 3) que o valor total do Rodoanel é 15 bilhões de reais enquanto o valor do trem-bala, que fará o percurso Campinas-Rio de Janeiro, foi orçado em 30 bilhões de reais; 4) que o Município de Itaquaquecetuba tem o maior número de acessos viários; 5) que o Estudo de Impacto Ambiental foi apresentado à SMA com a anuência de todos os prefeitos envolvidos com essa obra; 6) que o processo de desapropriação terá início em março do ano que vem, e que, a partir daí, a Dersa terá seis meses para licitar as obras e que, só depois de iniciadas, as famílias serão visitadas, para que, juntamente com elas, alguns problemas sejam solucionados, precisamente no que diz respeito às escolas para as crianças, à moradia e ao aluguel, e que, resolvidas essas questões, as famílias terão o prazo de trinta dias para se deslocarem, e que todo esse processo deverá ser concluído em setembro de 2010; 7) que o maior emissor de gás carbônico no Planeta é o veículo, e que, na medida em que se promove a melhoria na fluidez do trânsito, se reduzem as emissões desse gás, e que a implantação do Rodoanel se volta para essa perspectiva; 8) que os impactos da obra serão minimizados com as compensações ambientais; 9) que, portanto, fazia duas propostas concretas: a) que os moradores se organizassem em comissões para serem recebidos pela Dersa; e b) que os ambientalistas visitassem, para conhecer de perto, o trabalho realizado em campo com os recursos oriundos da compensação ambiental, que filmem o que visitarem e apresentem nas audiências públicas; 10) que, em relação aos reassentamentos, poderá, quando necessário, dispor dos filmes feitos, dos quais constam, declarações das famílias e dos moradores que foram realocados. **Ana Maria Iversson** esclareceu: 1) que os cinquenta técnicos que assinam o Estudo de Impacto Ambiental têm registro nos respectivos conselhos profissionais e trabalham com muita responsabilidade, porque as questões sócio-ambientais são de extrema relevância; 2) que corrigirá a afirmação incorreta contida no EIA/RIMA de que o Trecho Leste do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Rodoanel termina no Vale do Rio Guaió, porque de fato seu término está muito distante da várzea desse rio, de forma a garantir que ele sofra o menor impacto possível, e que todas as medidas foram adotadas com vistas à manutenção da qualidade de suas águas; 3) que a proteção da água é uma das prioridades da Dersa, tanto é que o Trecho sul, atualmente em construção, está dentro da área dos mananciais que abastecem a Região Sul do Município de São Paulo e que nunca foi constatada qualquer alteração na qualidade de suas águas; 4) que é incorreta a informação que diz respeito à poluição gerada pelos veículos, que é passível, sim, de medição e é monitorada pela CETESB, e que a continuidade desse monitoramento é uma das exigências cujo cumprimento é imprescindível para obtenção da licença de operação; 5) que outra informação incorreta é sobre os animais, porque a Dersa está adotando, para sua preservação, as medidas praticadas no Mundo inteiro, e que não existem espécies endêmicas que possam sofrer o risco de extinção por causa do Rodoanel; 6) que não procede também a informação de que, daqui a seis anos, o Rodoanel estará superado, pois os estudos e projetos para esse tipo de obra, que demanda grandes investimentos e alto custo para a sociedade, têm um horizonte de projeção para trinta anos, previsto já na fase do planejamento; 7) que, no que concerne aos riscos apontados pela circulação de cargas perigosas pelo Rodoanel, ao contrário da situação atual, com caminhões com cargas perigosas e condições inadequadas trafegando tanto na SP-66 como no sistema viário de Itaquaquecetuba, esta rodovia, por ser segregada, não passará próximo das residências, não será interceptada por semáforos, não será atravessada por crianças, nenhuma escola será implantada em suas proximidades, e que, portanto, as cargas por ela transitarão com maior segurança e sem apresentar riscos nem às pessoas nem aos recursos naturais. 8) que, além disso, a Dersa obrigatoriamente apresentará à CETESB um Plano de Ação de Emergência para ser implementado quando da ocorrência de acidentes; 9) que, com base nos estudos e projeções realizados, concluiu-se pela impossibilidade de o Rodoanel impulsionar expansão urbana indesejável em áreas de mananciais, igualmente porque, se tratando de uma rodovia fechada, ele não propicia acesso direto às cidades, mas apenas as rodovias que chegam e saem da cidade de São Paulo. Depois de **José Soares**, representante das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Conseta receber do Secretário-Executivo do Conseta informações sobre as condições necessárias para que uma entidade ambientalista efetue seu cadastramento no Conseta, este representante, inicialmente, teceu comentários sobre as cobranças feitas pelo Ministério Público pelo fato de a Dersa não ter ainda implantado as barreiras ambientais no Trecho Oeste; as cobranças feitas pelo Ibama, que inclusive multou a Dersa por ter provocado a mortandade de animais quando da implantação do Trecho Sul, e o assoreamento da Represa da Billings. Em seguida, chamou atenção para o grande sacrifício feito pela população para participar das audiências, porque entendem que estão defendendo seu direito à vida, à água, à sociedade, ao trabalho, à dignidade, e, ao concluir, pediu um minuto de silêncio em nome das crianças, das pessoas idosas, das mulheres que irão pagar o custo social da falta de água que, no futuro, ocorrerá. **Mauro Wilken**, representante do Conseta comentou que o Rodoanel é uma obra irreversível, como afirmou um manifestante durante a audiência, porque o Estado, que propõe sua realização, é, portanto, o empreendedor e é, ao mesmo tempo, o órgão que concede as licenças ambientais, de implantação e de funcionamento. Chamou atenção também a atenção para a alteração que o Estado promoveu no processo construtivo do Trecho Sul, o qual provocou aumento do desmatamento em um trecho da Represa Billings, manancial este utilizado para fornecimento de água, fato este irreversível, embora os ambientalistas tenham-se manifestado, inclusive através de abaixo-assinados. Lembrou também que, embora a Dersa tenha afirmado categoricamente que em alguns trechos dessa rodovia não haveria pedágio, com a mudança de governo mudou também esse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

posicionamento, motivo por que alertava a sociedade civil para que se organizasse, fiscalizasse esse projeto, de modo a ficar ciente da situação do município com o funcionamento dessa obra. Declarou que, no Trecho Sul do Rodoanel, precisamente no Município de Embu, observa-se atualmente uma ocupação desordenada das margens do Rodoanel, embora a Dersa afirme categoricamente que essa obra não induz à ocupação irregular. **Celina Bragança Cláudio**, representante do DAIA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental/CETESB, declarou, inicialmente, que tanto ela como outros membros da equipe técnica da Cetesb estavam presentes nessa audiência e estiveram presentes nas demais com a função de registrar todas as considerações, questionamentos e sugestões feitos, aos quais se somarão a transcrição do registro em áudio dessa audiência e a ata que, com base nele, será lavrada, e que todos esses elementos serão incorporados ao processo e analisados pela equipe técnica. Informou também que o licenciamento ambiental obedece rigorosamente a regras, normas e resoluções vigentes, e isso desde o seu início, ou seja, desde a elaboração do Termo de Referência do Estudo de Impacto Ambiental, e que, além disso, também nessa fase inicial a sociedade é ouvida, não só diretamente como se dá durante as audiências, mas, também, indiretamente, por seus representantes no âmbito municipal, que são os vereadores. Informou ainda que são consultados também os órgãos municipais, que fornecem documentos, declarações, certidões, que não só compõem o processo como também lhe dão legitimidade, na medida em que asseguram sua viabilidade. Declarou igualmente que todos aqueles que se interessam por essa obra podem ainda contribuir para o seu aprimoramento, encaminhando questionamentos, propostas e sugestões à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que é o órgão licenciador, os quais serão encaminhados ao empreendedor que, junto à sua consultoria, esclarecerá cada ponto ou aspecto questionado. Ao concluir referiu-se aos trâmites legais do licenciamento que se seguirão e que culminarão com a elaboração de um parecer pela CETESB, com base em todos os dados referidos, inclusive e, principalmente, os pareceres emitidos pelos órgãos setoriais envolvidos nesse processo, e este parecer será encaminhado ao Consema para que aprecie e deliberar acerca do licenciamento prévio. Concluída essa etapa, prosseguiu essa representante do DAIA, passarão a ser examinadas pelos técnicos, uma por uma, as exigências feitas pelos órgãos ambientais e reiteradas pelo Consema, cujo cumprimento constitui condição indispensável para o fornecimento, em um primeiro momento, da licença de instalação e, em segundo momento, da licença de funcionamento ou operação e que todas as licenças concedidas ficarão disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que é, www.ambiente.sp.gov.br. O **Secretário-Executivo**, depois de informar que o Ibama também será ouvido e que todas as etapas da audiência foram cumpridas, agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Netop, a presença de todos e informou que toda a pessoa que ainda deseja contribuir para o aprimoramento desse projeto terá o prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir da data dessa audiência, para enviar sua contribuição ou através dos Correios ou protocolando-a diretamente na Secretaria-Executiva do Consema, e ela será encaminhada ao órgão competente para apreciar seu possível aproveitamento. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.